



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 - Brasília-DF**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI N. 277, DE 2022**

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para criar a ação civil pública de responsabilidade educacional nos casos de ameaça ou comprometimento do direito à educação escolar indígena pública.

**Autor:** Dep. Joenia Wapichana (REDE/RR)

**Relator:** Dep. Delegado Paulo Bilynskyj

**I. RELATÓRIO:**

Trata-se de projeto de lei visando instituir nova função isolada para a ação civil pública, regulada pela Lei 7.347/85, cujo propósito original é de tratar da responsabilidade por dano moral ou patrimonial a todos os bens descritos nos incisos no art. 1º da referida norma.

Em justificativa, sustenta a autora a necessidade de criar instituto para a defesa da educação indígena frente a omissões e ações lesivas dos entes.

Recebo a proposta com parecer favorável da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para análise da CCJC (mérito e art. 54), conclusiva nas comissões, regime ordinário, sem emendas ou apensos.

É a síntese do necessário.

**II. VOTO DO RELATOR:**

À CCJC compete, no caso, o exame de **mérito** e de admissibilidade da proposta nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 - Brasília-DF**

Trata-se de projeto simples, e portanto breve será o parecer.

Ainda que de extrema relevância a temática discutida na proposta, e ainda que, adianto, não exista qualquer afronta constitucional-formal no caso, fato é que o mérito da proposição já encontra-se acobertado por ambas as Leis 7.347/85 (ação civil pública) e 4.717/65 (ação popular), tanto é que não são raras as ações populares - principalmente - que buscam o interrompimento de práticas em território indígena, por exemplo, reconhecendo a inclusão desses povos no § 1º do art. 1º da Lei 4717 (ex.: 1032399-68.2021.4.01.3200, TRF1).

Nessa esteira, com as devidas vênias à Autora e ao prévio relator, e salvo melhor juízo, entendo pela antijuridicidade do PL 277/2022 por confronto com a previsão já abarcada na própria norma afetada (L7347/85, art. 1º, I, III, IV e VII, cc arts. 3º e 4º).

Fato é que o direito não precisa descrever cada mínima e específica hipótese de cabimento legal de determinado instituto, sob pena de estender as leis de forma absolutamente exaustiva, ausente necessidade.

Assim, incluir a hipótese ultra-específica (educação indígena) na norma abre precedente para que outras hipóteses específicas sejam consideradas como ausentes na Lei, coisa que não ocorre atualmente.

Desse modo, por questão de isonomia, e já apreciando o mérito em conjunto com seus reflexos constitucionais materiais, voto pela **inadmissibilidade** / inconstitucionalidade material e antijuridicidade do Projeto de Lei n. 277, de 2022, e, no mérito, pela sua **rejeição**.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2024.

Deputado **DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**  
Relator

